



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 8

SESSÃO ORDINÁRIA

17 DE FEVEREIRO DE 2023

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/04/2023

M.
Pedro

16.
Pedro
MS

-----Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

- 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 30 de Novembro de 2022; -----
- 1.2 Informação de Correspondência; -----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

- **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09];-----
- **Ponto 2** – Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia do Concelho; -----
- **Ponto 3** – Transferência de competências no domínio da Ação Social – Proposta de Prorrogação do prazo; -----
- **Ponto 4** – Proposta de alteração de júri do procedimento concursal para seleção do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau. -----
- **Ponto 5** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo – Apreciação do Relatório de Atividades do ano de 2022. -----
- **Ponto 6** – Tomada de posição a respeito das quebras de produção referentes ao Olival, Vinha e Amendoal, no Concelho de Torre de Moncorvo. -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

16
Pedro
ML

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes (*em substituição de Luís João Fernandes Dias*); -----

-----João Augusto Leal Leonardo; -----

-----Catarina Patrícia Valente Lopes; -----

-----Bernardo Pando da Silva; -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----

-----Vitor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilariga; -----

-----Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----

-----José Carlos de Sá Meneses –Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----

-----Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----

-----Patrícia Sofia Teixeira Neto – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):** -----

-----José Manuel Rodrigues Aires; -----

----- Diana Margarida Madaleno Cabeleira (*em substituição de Altina da Glória Lopes Pinto*); -----

-----Fausto Edmundo Tiago; -----

-----Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----

-----Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----

-----Luís Miguel Lopes; -----

-----António Júlio Andrade; -----

-----**Presidente de Junta de Freguesia:**-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

16
Pedro
MD

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva – 2.ª Secretária.-----

-----A CÂMARA MUNICIPAL esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o Sr. Vice-Presidente Victor Manuel da Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos dar início à reunião ordinária do dia 17 de fevereiro de 2023. Temos quórum. Estão a faltar neste momento quatro deputados, estando presentes vinte e quatro. -----

Começaríamos, então, como é normal, com o Período de antes da ordem do dia. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** *(Acaba de entrar o Sr. Deputado Fausto Tiago, e o Sr. Deputado Diogo Oliveira também acaba de entrar).* -----

Não há inscrições? Não havendo inscrições, passamos à votação da ata. Nesta votação, relativamente à ata do dia 30 de novembro, não votam as Sras. Deputadas Fernanda Silva e Diana Cabeleira, que não estiveram presentes. O Sr. Deputado Afonso Menezes vota, porque já estava na sessão anterior em substituição. -----

(Entrou a deputada Catarina Lopes. Neste momento, só falta o deputado José Manuel Aires). --
Portanto, vamos votar. -----

16.
Pedro
MN

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, com 25 votos a favor, aprovar a
“Ata da sessão ordinária de 30 de Novembro de 2022”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** *(Acaba de chegar o Sr. Deputado José Aires)*. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 326/2022 a 28/2023 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Está presente a Informação de correspondência, que habitualmente está ali para consulta. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **Sílvia Santos (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos uma hora para tratar este ponto, e estão abertas as inscrições. -----

Vamos intercalar, como é habitual. Então, dava a palavra ao Sr. Deputado José Aires, em primeiro lugar. Quer alterar? Então, alteramos a ordem. Enquanto o Sr. Deputado José Aires se prepara, dava a palavra à Sra. Deputada Sílvia Santos, se faz favor. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, caros colegas deputados, muito bom dia. -----

Gostava de iniciar por felicitar o Município pela recente entrega de fardos de palha aos produtores pecuários do nosso concelho, para alimento dos seus animais. Segundo as fontes jornalísticas, o início da entrega, para alguns, ocorreu a 22 de agosto de 2022, data da notícia do jornal local, tendo os restantes produtores de esperar até janeiro deste ano. -----

14.
Edna
MS

Sr. Presidente, importa saber quais os critérios que serviram de base para as primeiras freguesias a abastecer, o porquê de tanto desfasamento temporal para as restantes. Segundo a mesma fonte, terá sido fornecida uma lista à Câmara Municipal pela ADS, com o registo dos animais e respetivos produtores. Então, o porquê de ser obrigatória a inscrição na Câmara? --- Mais, a divulgação desta medida foi feita pelas redes sociais, mas o que é facto é que nem toda a gente tem acesso à internet, e grande parte dos produtores são pessoas já com alguma idade.- E está certo de que esta informação chegou a todos? Afinal, que meios de comunicação foram utilizados para alertar os produtores que tinham direito a este apoio? Sei de produtores que não se inscreveram por desconhecimento, não receberam apoio. -----

Sr. Presidente, gostava que me respondesse de forma clara às minhas questões. É certo que eu não pretendo vender palha, mas estou preocupada com as pessoas, e gostava de direitos iguais para todos. -----

A minha segunda questão, também vou felicitá-lo pela forma rápida como se resolveu a falta de transporte das crianças do pré-escolar em Larinho. Muito obrigada, Sr. Presidente. Na reunião anterior levantei essa questão, e na segunda-feira seguinte o transporte já estava assegurado.- Mais uma vez, os meus parabéns. -----

Porém, mais uma vez, terei que questionar novamente o Sr. Presidente: para quando as marcações das estradas municipais? Já não falo na Estrada Nacional 220, porque li a notícia do dia 17 de janeiro e estou esclarecida, Sr. Presidente. Mas, e as ruas de Moncorvo? E as estradas municipais? A quem compete a marcação das vias? -----

Sr. Presidente, em declarações prestadas à Agência Lusa, começa assim a notícia: o senhor demonstra total descontentamento com a Infraestruturas de Portugal pela falta de marcações horizontais na Estrada Nacional 220, na Estrada Nacional 325, e na E305, e muito bem. Mas, e dentro da sua vila? Somos bons a ver os defeitos dos outros. Tal como o Sr. Presidente já reconheceu, a segurança rodoviária tem de ser uma prioridade para este Município. Concordamos. Então, deveria tratar este assunto com a urgência que o mesmo merece, ou seja, para ontem. -----

Pronto, e para finalizar, queria perguntar-lhe, Sr. Presidente, relativamente aqui ao restaurante que continua encerrado: há previsão para a abertura? Um lugar tão bonito, de tão bom acesso, é pena estar fechado. Vai existir concurso? Estará a funcionar no próximo verão? -----

Este jardim, que a todos nos orgulha, com as suas sombras, espaço verde, um parque para as crianças, boas instalações, faz falta aos Moncorvenses e aos seus visitantes. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada Sílvia Santos. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Então, tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. -----

L.
Pedro
M.

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia a todos. Cumprimentar as Sras. e Srs. Deputados, cumprimentar a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, cumprimentar o Executivo Municipal, cumprimentar as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, cumprimentar os Srs. Vereadores, cumprimentar os Srs. Funcionários, e cumprimentar o público, caso alguém esteja presente. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

*"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo: -----
Nos termos do n.º 2 do art.º 51.º do Regimento desta Assembleia Municipal, venho comunicar a V. Exa. a minha resignação de Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----
Torre de Moncorvo, 17 de fevereiro de 2023. -----
José Manuel Rodrigues Aires". -----*

Passarei posteriormente a entregar na Mesa. -----

"Renúncia ao cargo de representante do Partido Socialista no Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo -----

Na reunião da Assembleia Municipal de 10 de dezembro de 2021 foi indicado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista para ser o seu representante no Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo, nos termos do art.º 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro. -----

Considerando que: -----

- Na reunião da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2022 entreguei a V. Exa. o Requerimento n.º 14/2022, solicitando esclarecimentos relativos ao Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo; -----

- Não tendo recebido qualquer resposta, voltei à carga na reunião seguinte da Assembleia Municipal, de 30 de setembro, como se pode verificar na respetiva ata, continuando a solicitar os seguintes documentos e informações, a saber: -----

1. Declarações de representatividade dos participantes no Conselho Municipal de Juventude na reunião realizada no dia 16 de fevereiro de 2022, das seguintes associações / organizações:-----

1.1. AJUM (Associação de Jovens Universitários de Torre de Moncorvo) – Tiago André Pinto Pavão; -----

1.2. UDF (União Desportiva do Felgar) – Ana Carolina Gomes Dionísio; -----

1.3. Juventude Partidária do PSD de Torre de Moncorvo (JSD – Juventude Social Democrata) – Álvaro José Venera Lopes; -----

1.4. Agrupamento de Escuteiros de Torre de Moncorvo – Rui Paulo Costa Teixeira. ---

2. Declaração de representatividade do participante no Conselho Municipal de Juventude na reunião realizada no dia 8 de junho de 2022, da seguinte associação / organização: -----

14.
Pedro
RJP

2.1. Juventude Partidária do CDS de Torre de Moncorvo (JP – Juventude Popular) – Luís Miguel Cascais Alves; -----

3. Identificação de todos os membros que fazem parte do Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo no presente mandato 2021-2025. -----

4. Cópia da folha de presença assinada pelos membros do CMJTMTC na 1.ª e 2.ª reunião. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na última reunião de 30 de novembro, afirmou que lhe foi dito pelo Vice-presidente que na reunião do Conselho Municipal de Juventude seriam dadas as respostas a todas as questões, o que não aconteceu até hoje, passados sete meses e meio. -----

O plano anual de atividades e o Orçamento Municipal para o ano de 2023, submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, não foi enviado ao Conselho Municipal de Juventude para emitir o parecer obrigatório previsto na Lei. -----

O incumprimento da Lei e as atitudes tomadas até agora por parte do Presidente da Câmara e do Vice-presidente, que por delegação de competências tem presidido às reuniões, demonstra bem a desvalorização conferida ao Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo. --- Entendo que não se encontram reunidas as condições mínimas que se impõem numa sociedade democrática para continuar a exercer o cargo de representante do PS no Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo, pelo que apresento a renúncia ao cargo. -----

Torre de Moncorvo, 17 de fevereiro de 2023. -----

José Manuel Rodrigues Aires". -----

E passarei a entregar na Mesa, Sr. Presidente. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

Terminadas as intervenções, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na pessoa de V. Exa., cumprimento todos os elementos da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, colegas de Vereação, Srs. Funcionários: -----

Sra. Deputada Sílvia Santos, agradeço-lhe desde logo as suas questões, que só enobrecem esta casa, que é o símbolo da democracia do concelho. -----

Nas três questões que levantou, começo, obviamente, por lhe responder quanto às concessões que o Município faz. Certamente, a Sra. Deputada ainda se recordará que as concessões eram feitas por carta fechada, e em dois ou três elementos, dos quais nós os dois diretamente implicados, tive o prazer de renunciar à entrega de uma concessão que foi feita, na altura, no bar da estação do Larinho. Não fazemos promessas, e não cumprimos com promessas eleitorais, concessões municipais, que devem ter interesse público. -----

14
Pedro
M.

E como tal, desde 2013, as concessões são feitas por hasta pública, com a presença de todos, e frente a frente, em licitações. Esta é a parte que nós entendemos que é a mais transparente. - E, portanto, será obviamente feita a concessão por concurso, com licitação. Só ainda não foi feito porque, como sabe, depois da entrega das concessões, temos de ver se o regulamento das mesmas foi cumprido, e antes de vir à Assembleia – que não tem que vir – irá à reunião de Câmara. -----

Foi assim que foi explicado ao seu Vereador – e digo, ao seu Vereador, que é para não haver aqui despotismos políticos, com algum problema aqui de falta de confiança política, digo “ao seu Vereador” – e foi isso que foi explicado. -----

Portanto, não tem que se preocupar com isso, é uma preocupação que nos une em termos do tempo, e de termos a funcionar um espaço que consideramos um dos Ex-Libris de Moncorvo, e também um dos locais que permite que sejam usufruídas as condições excelentes que o espaço tem. E, portanto, não se preocupe, que terei o prazer de lhe dizer quando for a comunicação, e será colocado em todos os lugares de estilo. -----

Dizer-lhe também, quanto às marcações das estradas municipais, também foi explicado ao seu Vereador que o concurso foi lançado, foi adjudicado, e que a empresa veio pedir para ser prolongado o prazo da prestação de serviço devido às más condições climáticas. Aliás, se está recordada – e deve estar – o seu Partido teve a frontalidade, digamos assim, de vir para os meios das redes sociais dizer: “Não venham dizer que é por causa do clima”, e eu, para não dizer que fui eu – é que, às vezes, parece que nos lembramos que algumas perguntas serão feitas – trouxe-lhe o relatório do IPMA. -----

Setembro de 2022, em relação à precipitação, o mês de setembro foi o quarto mais chuvoso desde 2000. O total da precipitação neste mês, 66,5 mm, o que corresponde a cerca de 158% do valor normal. Consequência, não podia ser feita a marcação. -----

Outubro de 2022, precipitação total, 121,2 mm, que corresponde a 123% do valor normal. Valores de quantidade de precipitação superiores ao deste mês ocorreram somente em 1931. Isto é do IPMA. -----

Novembro de 2022: durante o mês de novembro, a precipitação é de 138,7 mm, que corresponde a 127% do valor normal. Valores de quantidade de precipitação superiores ao deste mês ocorreram só em 1931. -----

Dezembro de 2022, precipitação total, 250,4 mm, corresponde a 174% do valor normal, sendo o segundo valor mais alto desde que há avaliação. -----

Portanto, Sra. Deputada, como pode ver, o concurso está adjudicado, a empresa que ganhou o concurso pediu um prolongamento porque não o conseguia fazer, e não consegue fazer com estas temperaturas. -----

Agora, que a senhora diz, e eu concordo, que temos de o fazer, e a segurança rodoviária, como

16
Pedro
AD

eu disse, é imprescindível, é. Não o conseguimos fazer antes, temos que o fazer o mais breve possível, e desde que a temperatura e as condições climatéricas o permitam. -----

Quanto à palha, dizer-lhe o seguinte: não podemos ver na ajuda aos criadores de gado, ou nos apoios aos criadores de gado, somente a palha, porque se fosse só a palha, podia ter sido do incêndio, quando foi o incêndio na Cardanha, por exemplo, mas não foi. É um apoio que tem a ver com vários fatores. -----

Primeiro, estamos próximos do fim de semana do Borrego Churra da Terra Quente. O borrego terrincho é uma aposta do Município, juntamente com a Entidade de Turismo do Porto e Norte, por isso fazemos um fim de semana dedicado ao borrego terrincho. Para quê? Duas situações: primeiro, conseguir o escoamento do borrego junto dos criadores; segundo, promover, em termos turísticos, este produto endógeno do concelho. -----

Portanto, criou-se, desde logo, um apoio aos criadores que, tendo em conta as dificuldades económicas que vivem, permite o quê? Permite que o Município participe desde logo uma vacina e ações de desparasitação. Isto permite-nos que a brucelose não esteja presente no concelho, e isto é uma marca que nós devemos, todos nós, salientar e enaltecer, porque as pessoas vêm a Torre de Moncorvo e permite-lhes comer um produto de qualidade, certificado, e também qualificado pela DGAV. Este foi o primeiro. -----

Depois, devido às condições de seca extrema, quisemos apoiar os criadores de gado com palha. Tivemos vários problemas. Primeiro, não se consegue encontrar palha para aquisição. Tivemos que fazer procedimentos para adquirir palha que veio diretamente de Espanha, e foi conseguido por três tranches – três tranches – e a última, há relativamente pouco tempo. E aí, a Câmara não tem que saber se é o A, o B ou o C. E desde logo, desde a campanha de desparasitação e da vacina contra a brucelose, o que estava, e que foi aprovado assim, foi: os criadores, para beneficiarem deste apoio, devem ser associados do Agrupamento de Defesa Sanitária de Torre de Moncorvo, Organização dos Produtores de Torre de Moncorvo, e ser residentes no Concelho de Torre de Moncorvo. A autarquia efetuou o pagamento diretamente ao criador – diretamente ao criador – após este entregar nos serviços municipais o comprovativo do pagamento da quota anual de 2022 à associação a que pertence. -----

Eu dou-lhe algumas notas: um criador, por exemplo, que tenha os seus animais no Pocinho – estou a dizer no Pocinho, pode ser noutra sítio qualquer – mas que não tenha residência em Torre de Moncorvo – ou que tenha residência em Torre de Moncorvo, vamos fazer o contrário – se não tiver, não é contemplado; se estiver a residir em Torre de Moncorvo e fizer parte da ADS/OPP, tem direito. Mas, nós não temos de ver ali se é o A ou se é o B. O que é que nós solicitamos só à ADS? É que informe os criadores e que nos dê o comprovativo do número de cabeças, porque nós não temos o SNIRA, e é através desse sistema que o Agrupamento de

lh
Cedra
M.

Defesa Sanitária tem que nos diz quem são os criadores. Mas, mesmo assim, nós só efetuamos o pagamento quando nos levarem lá os documentos. A Câmara só intervém no pagamento. ----
Portanto, nós não temos acesso ao SNIRA e ao Ministério da Agricultura, nem à DGAV, não temos nada disso, não temos acesso a isso, e, portanto, tem que ser através deles que nos dão o número de criadores. -----

Mais, a única condição, os apoios que nós damos, e que são aprovados aqui em Assembleia Municipal, têm a ver de 1 de janeiro a 31 de dezembro, correto? Se nos enviarem até 31 de dezembro, todos são liquidados. Os que forem fora desse prazo não podem ser liquidados, porque já não está dentro da verba orçamentada para esse ano. O controlo tem que ser feito desta forma. -----

Agora, eu não sei quantas pessoas não concorreram, nem sei quantas pessoas não tiveram este apoio, mas se tiver os nomes, agradeço que mos dê, para eu também questionar se foram, ou não, entregues no ADS. Dessa forma, conseguiremos também que essa lacuna seja prevista para o ano que vem, e se houver este apoio, que comecemos por aí. Agora, não me peça para saber se é Fulano A ou se é Fulano B que é o primeiro, isso nós não sabemos. Nós sabemos é que o que nos vier, vem certificado do ADS, que é sócio, está em Torre de Moncorvo, e que tem um número de cabeças – porque aquilo, depois, é por número de cabeças, não é, nem por freguesia, nem por agricultor ou criador de gado. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Passamos, então, ao Período da ordem do dia. -----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Sílvia Santos (PS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)**, **Diogo Oliveira (PS)**, **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)** e **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Nesta informação que o Executivo prestou sobre algumas atividades das mais relevantes, se tiveram oportunidade de ver, há aqui três que eu gostaria de salientar. -----

14.
Pedro
M

A promoção da plataforma digital do arquivo, através da divulgação do “Documento do Mês”, a promoção da plataforma digital da biblioteca, através da divulgação das “Sugestões de Leitura”, e a promoção do Centro de Memória, através de divulgação dos seus fundos. -----

Eu trouxe estas três ações porque, muitas vezes, nós não sabemos o que se passa dentro da nossa própria casa. E se me permitem, eu vou ler-vos o último relatório destas atividades, porque são também geridas com outras entidades nacionais, que vale a pena termos algum conhecimento. -----

E diz assim o relatório: -----

“O Município de Torre de Moncorvo tem vindo a desenvolver um importante esforço de digitalização e disponibilização online dos fundos e coleções que possui nos seus espaços culturais – arquivo municipal, biblioteca municipal, centro de memória e espaços museológicos – bem como em programas e iniciativas de longa duração, mormente o projeto de repositório genealógico nacional, em cooperação com a Universidade do Minho e o Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo. Os trabalhos empreendidos permitem uma maior eficiência nos serviços prestados ao público em geral, mas também aos vários serviços da autarquia. -----

Por outro lado, o Município, ao adotar estas práticas, tem em mente valores éticos de transparência, com práticas para com os seus munícipes, para com investigadores e turistas, sem esquecer os Moncorvenses na diáspora. Este trabalho exige um avultado investimento de recursos humanos e na sua qualificação. -----

Dada a grande dimensão e riqueza do acervo detido pelo Município de Torre de Moncorvo, estes projetos tendem a estender-se num horizonte temporal mais ou menos alargado, dependendo da complexidade inerente a cada projeto.” -----

Depois, algumas das coisas que nós não sabemos: -----

“O Software Coa constitui uma plataforma informática onde se disponibilizam registos bibliográficos da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo e os fundos do Centro de Memória, adquiridos pelo Município em 2019. Nesta plataforma são inventariados pormenorizadamente os registos bibliográficos. No momento, como se pode constatar, já foram efetuados mais de sessenta e dois mil registos, estando disponíveis online quase seis mil registos da bibliografia, documentos e fotografias. No Centro de Memória, está a proceder-se igualmente à digitalização dos documentos do Fundo do Prof. Dr. Santos Júnior, contando atualmente com quatro mil, seiscentas e oitenta e nove imagens, estando a exercer funções neste projeto nove colaboradores. -----

O Software Arquivo é a plataforma adquirida pelo Município para a informatização da gestão integrada do Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo. O software foi igualmente adquirido em 2019, e tem carregados vinte mil registos, e foram descritos mais de vinte mil documentos do

16.
Pedro
M.

arquivo municipal. Cabe realçar que a documentação histórica anterior a 1910 já foi quase totalmente descrita e que se encontra disponível online, e com fotografias de toda a coleção de pergaminhos e documentos, que vão desde o séc. XIII ao séc. XIX. -----

Um outro serviço de digitalização e de registo a que foi dado particular destaque prende-se com o processo das obras particulares e licenças de utilização, que neste momento também lá estão. Tratamento, inventariação e digitalização do acervo do Núcleo Museológico de Fotografia do Douro Superior: até ao momento, já foram limpos, tratados e acondicionados quase cinquenta e sete mil registos, e já se procedeu à digitalização em alta resolução de onze mil, quatrocentos e cinquenta e oito imagens.” -----

Relativamente à Universidade do Minho, é algo que nós estamos, desde 2015 (salvo erro), permanentemente e diariamente com a Universidade: “Este projeto pretende recolher as informações presentes nos registos paroquiais, para estudar e divulgar à população portuguesa, até 1910. Tem vindo a ser desenvolvido no Concelho de Torre de Moncorvo por colaboradores do Município, com o apoio da Universidade do Minho, entidade que desenvolve o projeto a nível nacional. -----

O Município de Torre de Moncorvo, tendo em conta o manifesto interesse que a genealogia tem vindo a ter, não só para os munícipes, como para os Moncorvenses e os seus descendentes, abraçou este projeto desde que foi contactado, em 2015. O projeto do Repositório Genealógico Nacional é um trabalho moroso e exigente, que obriga ao cruzamento de informação. Até ao momento, encontram-se disponíveis para consulta e registo cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta indivíduos, e dezassete mil, seiscentas e setenta famílias do Concelho de Torre de Moncorvo. Ao mesmo tempo, foram reunidos cerca de trinta mil registos de batismo, casamento e óbito das várias paróquias, a nível do concelho.” -----

Bom, eu trouxe isto para percebermos o trabalho que, muitas vezes, os funcionários fazem, e que não é perceptível, para dar a conhecer o nosso concelho. Por isso, mais do que a atividade concelhia, eu queria enaltecer aqui o trabalho que os funcionários da autarquia fazem em prol do conhecimento, e que muitas vezes não é visível. -----

E por isso, o meu destaque desta Assembleia é esse, obviamente. -----

O outro, em termos culturais, tem a ver com a Odisseia do Teatro Nacional D. Maria II, que estará também presente em Torre de Moncorvo. -----

Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Dava a palavra à Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

14.
Pedro
N.S.

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Obrigada, Sr. Presidente, pelas suas respostas, muito esclarecida. Parece que continuo a ser uma pedra no seu sapato. Esta situação da concessão ainda não está resolvida, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, nunca o Sr. Presidente me deu os parabéns pela boa exploração que aquele bar teve nas minhas mãos. Agradecia também algum reconhecimento. Parece que aqui a única questão está em que foi um favor político. Não foi, Sr. Presidente; eu tinha sido candidata pelo PS oito anos antes. Eu vou esclarecer-lhe o porquê: um ano antes, sofremos um acidente gravíssimo com o Município. Em tribunal, ganhei a causa, mas estive cinco anos a penar para conseguir pagar as minhas contas, porque fiquei sem um carro para trabalhar. Estou a ser o mais honesta, Sr. Presidente, não foi um favor político. Aliás, a Câmara deveria ter sido a primeira a chegar à frente e a financiar-me um carro, porque circulavam com uma cisterna sem matrícula na via pública, e eu fiquei como a responsável pelo acidente, e cinco anos em tribunal, Sr. Presidente, é verdade. O senhor estava lá como Vereador nesse ano, correto? Sabe daquilo que estou a dizer. -----

Mas, o Sr. Presidente continua a atirar-me em cara a questão da concessão. Muito bem, Sr. Presidente, a concessão foi-me entregue, faltava um documento, sim senhor, fui para tribunal, entreguei-lhe o bar em condições. Cinco anos que trabalhei e lutei por aquela casa. Sabe quanto faturávamos anualmente, Sr. Presidente? Quer que lhe diga? Cerca de 80.000€ ou 90.000€ por ano. Quanto é que fatura agora? Sabe quantas funcionárias tinha? Três. Sabe, no tempo de verão, quantas pessoas punha a trabalhar em tempo de férias? Sempre mais duas. Sabe o que isto dinamizou a localidade? Sabe o que temos agora em Larinho? Zero. -----

Parabéns, Sr. Presidente. A concessão foi minha durante cinco anos, mas o senhor ainda não foi capaz de me dizer, cara a cara, "*parabéns pela grande exploração do sítio*". Mas, pronto, olhe, ficamos por aqui. -----

Obrigada, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Um pouco fora do assunto, está fora do ponto em questão. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Mesmo assim, eu opto por responder, mas tem que me dar essa oportunidade no final, depois de ouvirmos os Srs. Deputados. Mas, tem que me dar a oportunidade de responder a esta questão em concreto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Depois responde na parte final. -----

Sr. Deputado João Leonardo. -----

16.
Pedro
M.

-----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia, Sr. Presidente, Mesa, Executivo, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, e Srs. Funcionários também, estimado público. -----

Relativamente à atividade municipal, destacamos o apoio aos produtores de gado, com a entrega de palha – como já foi referido – e a realização das Festas da Boa Nova. Ainda a promoção da plataforma digital do arquivo, biblioteca e do Centro de Memória. -----

E já agora que estamos em fase de candidaturas para atribuição dos espaços para os comerciantes que se pretendem instalar na Feira Medieval, a realizar de dia 21 a 23 de abril, aconselhava o Município a fazer uma divulgação do *site* moncorvosoto.pt, uma maior divulgação do mercado de venda *online* de produtos locais. -----

É verdade que nesses dias o concelho acolhe um sem-número de Moncorvenses, migrantes e emigrantes, e tantos outros que nos visitam, mas é um período curto. Na própria página da Feira Medieval deveria estar o *link* para o moncorvosoto.pt, e durante a feira promover o site, para mais tarde, e durante o resto do ano, estes visitantes poderem adquirir os nossos produtos endógenos, para além dos dias da feira. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Passávamos ao Sr. Deputado José Aires. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----
Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara: -----

Ao meu Requerimento n.º 15/2022, entregue na reunião de 30 de junho de 2022, lido aqui neste palco, na reunião de 30 de setembro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal afirmou na reunião seguinte, de 30 de novembro passado, que não sabia se já me tinha sido enviada, mas que receberia resposta escrita aos pedidos solicitados. Pretendia esclarecimentos técnicos e administrativos do projeto e do fornecimento do *lettering* monobloco Torre de Moncorvo, instalado na entrada da Vila de Torre de Moncorvo, em frente ao acesso ao IP2, adjudicado a Madalena Sofia Pires Martins Bento. Nada me foi enviado, nem proporcionada a consulta do processo. Nada, nada, nem sequer, e a resposta dada pela técnica superior Lúcia Pissarro, com data de 14 de dezembro de 2022, Ofício n.º 931/22-DAFJURIDICO, termina assim: -----

“Tendo essa intervenção no espaço público sido executada no mandato anterior, se considera que o solicitado extravasa as competências de apreciação e fiscalização acometidas aos atuais órgãos autárquicos.” -----

Toma e embrulha. Tem sido sistemática esta resposta por parte dos Srs. Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Deviam esclarecer qual o articulado legal que alicerça tal afirmação. Parece que puseram a cassete, vira o disco e toca o mesmo. Entendo que se trata de sonegar informação a quem tem esse direito legal e democrático. -----

lh.
Pedro
As

Bem sei que por mais de uma vez me disseram aqui, nesta Assembleia, que o único palco que tenho é este, este palco de tábuas. Também o devem ter pensado os diversos responsáveis autárquicos que têm sido notícia por abusos de poder, resultado de um alegado incumprimento da Legislação da contratação pública e de procedimentos concursais de contratação de pessoal. - Nos tempos de hoje, temos palcos para todos os gostos – estes palcos locais, palcos papais e palcos mediáticos. E ao ler as notícias, concluo que não é preciso ir mais longe, aqui temos um pouco de tudo. -----

O deputado António Júlio Andrade tem feito a via-sacra na obtenção da informação relativa ao muro talude de floreiras, junto ao terminal de camionagem. Até hoje não o esclareceram, parece que surgiu por obra e graça do Divino. Apareceu feito, deu-se um milagre. Sr. António Júlio, não foi a empresa Albano Paiva, foi outra também começada por "A", a Antero Paiva, que fez aquela obra no verão de 2015. Tenho de mandar encaixilhar uma fotografia que o comprova, para lhe oferecer. Não se percebe por que motivos esta empreitada não está publicada no portal Base.Gov. Deve ter sido esquecimento ou resultado do apagão do servidor. -----

Outro milagre: a obra "*Aproveitamento da bancada do Campo de Jogos Dr. Camilo Sobrinho*" foi inaugurada em outubro de 2020 pelo Secretário de Estado do Desporto, embora só tenha sido pago menos de metade do valor contratado por ajuste direto em 2017. Dos 149.000€, só foram realizados 57.787,65€ dos trabalhos contratados. Quero realçar que só recebi a totalidade da documentação solicitada sobre este assunto, através do Ofício n.º 900/21, da Divisão DAF, de 9 de dezembro de 2021, já neste mandato. Quando solicitei o agendamento do assunto nas reuniões de 29 de abril e de 30 de junho de 2022, foi esta a resposta dada pelo Presidente da Assembleia Municipal, em 23 de junho de 2022: "*Estamos num novo mandato, o que levanta a questão da competência, ou não, para, em mandatos diferentes, apreciar e fiscalizar a atividade da câmara municipal.*" O mesmo estribilho. Ao solicitar o agendamento, pretendia que o santo milagreiro explicasse o prodígio, o milagre. Seria interessante implementar uma rota dos milagres da contratação pública, agora que está na moda inventar rotas para tudo e mais alguma coisa. Ou uma escola, diria mais, uma universidade, para que os Srs. Presidentes pudessem esclarecer todos aqueles que andam em bolandas por alegadamente não cumprirem as leis deste país, explicar como se faz na Câmara de Moncorvo, ou talvez *workshops* para dar uso aos edifícios do Parque Verde Eng.º Aires Ferreira, e quem sabe, residências para os artistas. Quero crer que de todos os lados viriam "*charters*", autocarros, seria uma animação para a economia local. ----
Foram realizados pela Câmara Municipal procedimentos por consulta prévia, com consulta a uma única entidade, quando a Lei define expressamente que devem ser consultadas no mínimo três entidades em fornecimentos e aquisição de bens. Paulatinamente, contratos foram assinados com as mesmas empresas, nas áreas da carpintaria, serralharias de alumínio e ferro, reportagens fotográficas e serviços de impressão, aquisição de equipamento informático,

publicidade – só para referir alguns. Ou houve lapso por parte dos serviços municipais e não publicaram as outras entidades convidadas, ou só podemos concluir que a Lei não está a ser cumprida. -----

Na reunião anterior, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal manifestou o seu enfado e cansaço, afirmando que não pretende ser o paladino do cumprimento de todas as legalidades, pediu paciência e pena porque já começa a ser abusivo. Reconhece que tem uma intervenção muito passiva, e agora parece que é o culpado de todas as ilegalidades do mundo. São palavras suas, Sr. Presidente. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Então, o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Bom dia a todos os presentes. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, os restantes elementos da mesma, cumprimento todas e todos os deputados, caros membros do Executivo, caros funcionários. -----

Sr. Presidente, vamos na oitava ou nona Assembleia Municipal. Pergunto-lhe: Sr. Presidente, o senhor não se cansa de ler as informações acerca da atividade municipal? Ou melhor, o Sr. Presidente não se cansa de comer arroz todos os dias? Se calhar não. E não sei o que os restantes deputados municipais aqui presentes acham. -----

Quanto a mim, e enquanto analisava a informação que me foi facultada, ia tendo uma indigestão.- Não se tratou de arroz, mas que em todo este tempo leio sempre mais do mesmo, e o que acontece é que por mais que pesquise e procure informação sobre algo que, de facto, seja sinónimo de criação de valor no concelho, e que seja a conclusão de uma obra, o que é facto é que nada existe – nada, Sr. Presidente. -----

Neste reporte, apenas páginas em branco, e olhem que me esforço, mas não consigo perceber como é que é possível que, em dez anos – foram cerca de três mil, seiscentos e cinquenta dias, Sr. Presidente – a sua obra no concelho seja zero. Mas, pronto, deixo esta questão para que o Sr. Presidente justifique semelhante inação. -----

Para além de festas e festinhas, concertos e apresentações de livros, relevantes do ponto de vista lúdico e cultural, que mais o Sr. Presidente anda a fazer pelo concelho? Sr. Presidente, peço-lhe que responda de forma clara e sucinta, e esqueça os joguinhos de palavras ou as atitudes de *bullying* que tão bem o caracterizam, Sr. Presidente. Nem miradouro em Mós, nem escola, até vocês me tentaram enxovalhar relativamente a esta questão. Mas, passado quase um ano, afinal quem tinha razão? Era eu. Nem nada, um vazio existente nas suas ações. -----
No entanto, é fundamental elencar a clonagem da iniciativa desenvolvida pela Juventude

16
Pedro
PZ

Socialista no Concelho de Torre de Moncorvo, relativa à recolha alimentar realizada na páscoa de 2021. É importante lembrar que no final da recolha alimentar, a Juventude Socialista procedeu à consulta, junto do Município, para obter informação sobre as pessoas sinalizadas, mais necessitadas, de forma a que os cabazes de alimentos fossem atribuídos da forma mais justa possível. O que é certo é que, em resposta, o Município sustentou que apenas providenciaria essa informação caso algum membro do Executivo ou membro do Município nos acompanhasse na entrega dos mesmos. Realmente, uma atitude não solidária e uma atitude longe daquilo que é a defesa da social democracia. PSD – Partido Social Democrata. Já se deu conta? E daquilo que é a partilha, a amizade ou a solidariedade? -----

Contudo, algo me deixa particular e especialmente feliz, é que o relevo social dessa recolha alimentar da Juventude Socialista iluminou as mentes de alguns dos membros desta Assembleia para que, por mais do que uma vez, essa recolha alimentar fosse replicada. Isso foi, de facto, ao encontro de um dos grandes objetivos da Juventude Socialista, que é a criação de sinergias que contribuam para um Torre de Moncorvo mais solidário e mais capaz. -----

Sr. Presidente, um muito obrigado pelo reconhecimento de V. Exa. e do Município do exemplo e do valor da Juventude Socialista. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Braz, tem a palavra. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa, Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, deputados, Presidentes de Junta, público, funcionários. -----

Como um acérrimo defensor e impulsionador da cultura, e fundamentalmente do PCI (Património Cultural e Imaterial), não poderia deixar de focar aqui hoje o enriquecimento cultural que será fazermos parte do leque de opções do Teatro Nacional D. Maria. Salientar e enaltecer o facto de podermos estar ligados a tão elevada competência cultural, podendo ter de além Lisboa uma tão prestigiada oferta qualitativa cultural, pois nem todos em Lisboa têm oportunidade de poder fazer parte e assistirem a estes eventos, e nós hoje, aqui em Torre de Moncorvo, poderemos fazê-lo.- Pelo facto, deixava aqui e citava o constante na Odisseia Nacional do Teatro Nacional D. Maria, que passo a citar: *"Encontrar o Norte é o ponto de partida deste nosso destino chamado Odisseia Nacional. Não poderia ser mais auspicioso o passo inaugural, numa região que abre as portas das suas casas, que convoca as suas gentes e partilha os seus tesouros naturais e patrimoniais, com a programação do Teatro D. Maria II. O norte de Portugal é um território que mantém vivas as suas idiossincrasias, mas que ao mesmo tempo se projeta no futuro e se lança ao mundo, e*

que, por isso, traz ao projeto *Odisseia Nacional* as necessárias doses de solidez e risco. Será um trimestre pleno de estreias e de espetáculos novíssimos, em Municípios como Torre de Moncorvo, promovendo esta ideia magnífica de que a receção inaugural pode muito bem acontecer fora dos chamados grandes centros, e que estes novos olhares enriquecerão as obras e trarão um dinamismo novo à circulação de espetáculos.” -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Terminada a primeira ronda, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** -----

Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Início, então, pela resposta à Sra. Deputada Sílvia Santos. Sra. Deputada, a concessão está resolvida, ou melhor, ainda não está resolvida. E sabe por que é que ainda não está resolvida? Porque fruto da concessão que lhe foi dada, e que hoje, pela primeira vez, todos soubemos por quê, e percebemos que não foi uma concessão dada legalmente, em concurso, foi uma concessão dada por aquilo que o Sr. Deputado José Aires veio dizer, por um favor de uma coisa que lhe deviam ter pago, e não pagaram, tem toda a razão nisso. -----

E, portanto, permita-me aqui dizer uma coisa, que serve para os três que intervieram. Dizia Francisco Sá Carneiro: *“A política sem riscos é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha”*. Portanto, percebi aqui como é que lhe foi dada a concessão, pela primeira vez. E por isso eu lhe disse que eu estava nesse júri, e saí. E sabe por que é que lhe digo que ainda não está resolvida a concessão? Porque o tribunal veio condenar a Câmara de Moncorvo ao pagamento de uma indemnização da pessoa que foi preterida. E foi preterida, e agora temos que pagar uma indemnização, que de certeza é bem mais cara do que aquilo que o arranjo do seu carro lhe custou, ou que custaria à Câmara. E aí, tem toda a razão, eticamente a Câmara devia ter pago logo o dano que lhe fez, mas não era colmatando com uma concessão, que não tinha que ser responsabilizada. E aí, dou-lhe os meus parabéns pela sinceridade e pela ética que teve ao trazer aqui isto. Dou-lhe os meus parabéns. -----

Quanto à forma como conduzia aquela casa, o maior reconhecimento é que eu era cliente. E, portanto, esse era o meu maior reconhecimento. E de certeza não me tem lá visto ultimamente. Portanto, esse é o meu maior reconhecimento. -----

Bom, depois desta parte da ética, eu acho que respondi ao Sr. Deputado José Aires, está mais que respondido. Mas, ainda lhe digo outra coisa: aprofunde os fantasmas, vai-lhe fazer bem. --- Mas, uma coisa que tenho que lhe dizer, Sr. Deputado, para além de gostar dos tons em que tocou aqui no palco, certinhos – esses foram certinhos, tons musicais – teve aqui uma coisa, que

1h.
Pedro
A. J.

uma rota do divino, ultimamente não será uma coisa muito própria, como os palcos nacionais das notícias. A rota do divino hoje não ficaria muito bem, nem eu gostaria que o senhor andasse à frente dessa rota. Não ficaria bem, não é uma coisa que nós gostemos de brincar. Não há nada de divino, o que há são tomadas de posição. E se o senhor tem tanta certeza disso, faça de uma forma que não seja aquilo a que nos habituaram agora, e de que veio aqui falar, que são as denúncias anónimas para aqui e para ali. Façam-no, nós cá estamos para responder. Eu sou o primeiro a fazer isso, e há órgãos próprios. Portanto, façam-no. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, bem, eu percebi uma coisa: Moncorvo não existia sem o senhor aparecer aqui. Foi o senhor. Aliás, eu lembro-me das suas palavras, do Indro Montanelli, que com certeza já leu coisas do Indro Montanelli – o Indro Montanelli é a sua personificação, porque diz assim: *“A esquerda ama tanto os pobres, que cada vez que chega ao poder, aumenta o número deles.”* É isto, Sr. Deputado? -----

Sabe há quantos anos se faz recolha de alimentos? O senhor não sabe, não pode saber.-----

Portanto, de tudo o que acabou de dizer, a única coisa que o senhor me trouxe, audível, foi que nas próximas informações escritas eu tenho que trazer as obras que acabaram. Isso, trago-lhe uma série delas, porque o que está são as obras em curso, não são as que acabaram. -----

As festas e festinhas, o senhor também sabe, que também as frequenta, e até as promove. Mas, eu não coloco aqui obras que acabaram, eu tenho de cumprir é um quadro comunitário que tornou Torre de Moncorvo como o sexto Município que mais fundos conseguiu, o décimo quarto a nível nacional. Isto é que nos deve orgulhar. Se o senhor não viu, ou não vê onde é que houve essas transformações, aí eu já não posso dizer-lhe o que quer que seja, é o senhor que tem que perceber por que é que ainda não disse. Aliás, a sua freguesia é das poucas que, indo contra uma deliberação desta Assembleia, até tem exames óticos – é das poucas, contra uma resolução desta Assembleia. -----

Portanto, Sr. Deputado, o que me resta dizer-lhe é que tem que estar mais atento, tem que estar mais atento ao que se fez, ao que projetamos fazer, e àquilo em que queremos envolver definitivamente os munícipes e o Concelho de Torre de Moncorvo, porque o que mais me agrada, Sr. Deputado, não é trazer aqui as obras e as inaugurações; é trazer a concretização de fundos para o nosso concelho. E dar-lhe esta ideia, que nunca houve, de transparência, é que é a Assembleia Municipal que aprova os contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, e não negociações internas entre o Presidente da Junta e o Presidente da Câmara, como foi feito até 2013. -----

Muito obrigado. -----

16
Pedro
M

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para a segunda ronda de intervenções, relativamente ao Ponto n.º 1 da ordem de trabalhos. Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, se eu não vejo as grandes alterações é porque, de facto, elas não existem. E caso não saiba, eu informo-lhe: eu percorro o concelho diariamente, de um lado ao outro, e o que é facto é que para o Sr. Presidente dizer que há grandes alterações é porque o Sr. Presidente não sai, de certeza, da janela do seu Município, e, portanto, deve estar a ver alguns filmes, se calhar na Netflix, ou qualquer coisa do género, porque, de facto, o Sr. Presidente de certeza absoluta que não deve viver no mesmo Município em que eu vivo. -----

Muito bem. Na última Assembleia Municipal, trouxe novamente o assunto da niveladora. Sr. Presidente, eu não encontro, mas o Sr. Presidente encontra aqui, em alguns dos pontos, como uma das atividades, o arranjo da niveladora? Certamente que me irá mostrar em que ponto é que se fala dessa atividade, Sr. Presidente – aliás, a todos nós, porque penso que ninguém terá vislumbrado tal atividade. -----

Lembro-o que, conforme constará em ata, o Sr. Deputado Municipal, e também Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais, revela que a niveladora dizia apenas respeito aos Presidentes de Junta. Após audição das intervenções, pude apurar estas gralhas causadas pelo Sr. Deputado, pelo que apelo à pertinente correção do Sr. Presidente da Câmara, uma vez que o meu discurso foi apelidado de ridículo, o que me obrigou a defender a minha honra. É que algo desta índole pode mesmo considerar-se um insulto aos cidadãos Moncorvenses. -----

Sr. Deputado, como é que um equipamento tão importante para toda a população, que apoia uma das maiores atividades do concelho, é um assunto que apenas diz respeito aos Srs. Presidentes de Junta? Antes de deputado, Presidente da Assembleia de Freguesia, ou Presidente da JS de Torre de Moncorvo, sou cidadão Moncorvense, e pretendo vincar que é um assunto de interesse de todos os cidadãos, porque é um equipamento para servir a população.- Adicionalmente, foi referido que eu ambicionava um dia ser Presidente de Junta, referindo-me também que os princípios não eram os melhores, por experiência adquirida em oito anos no terreno. Caros membros desta Assembleia Municipal, eu não levo oito anos de política, levo dez, e acreditem que em uma década no campo político, algo que aprendi foi que um bom político não é nada mais, nada menos, que um voluntário ao serviço da população. E eu fui eleito pelo povo, e tento vir aqui defender sempre o socialismo democrático que o povo ambiciona ver presente em todo o nosso concelho. Que mais postura é pretendida ter, senão ser a voz da população? Digam-me, se forem capazes, porque já vi que de rodeios, muitos são peritos, mas que de assertividade, há muita carência. -----

lh
Pedro
A&

No entanto, a Juventude Socialista e o Partido Socialista também estarão aqui sempre presentes para elogiar as excelentes ideias que a vossa cor política tem, e a primeira que houve neste mandato foi a compra de uma nova niveladora, para o concelho dispor de duas. Essa ideia foi apresentada pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia, Francisco Braz, e queira o Sr. Deputado saber que eu apoio essa ideia, totalmente, e considero que estamos em presença de uma verdadeira ideia de progresso, seja para a eventualidade de novas avarias, seja para que o trabalho seja efetuado de uma forma mais célere. -----

Contudo, fiquei estupefacto que da leitura atenta deste documento também não consta a aquisição de uma nova niveladora. Será que dentro do PSD aqui no concelho podemos afirmar a não existência de sintonia quanto ao apoio da população? Ou será que o dinheiro foi para uma festinha, em vez de ser destinado ao real progresso do concelho? O Sr. Presidente da Câmara vai realmente avançar com esta excelente proposta do Sr. Deputado Francisco Braz, ou vai fazer o mesmo que fez à moção apresentada por mim e aprovada em Assembleia Municipal, e que o Sr. Presidente colocou numa gaveta, ou numa estante a apanhar pó? -----

Sr. Presidente, nem as boas ideias das pessoas que o apoiam o incentivam a fazer algo que seja pelo nosso concelho? Sr. Presidente, é caso para lhe perguntar: o Sr. Presidente consegue fazer omeletes sem ovos? Pois, é que os munícipes também não conseguem ir às suas propriedades sem limpeza dos caminhos. O engraçado é que o Sr. Presidente refere muitas vezes que eu não estava cá, não conhecia o concelho, desconhecia a realidade do mesmo, mas eu provo-lhe o porquê de ser tudo mentira. Em primeiro lugar, porque o progresso do concelho se deve só e unicamente aos anos em que o PS esteve à frente do Município. Que obra é que o Sr. Presidente fez de relevância no Município até agora? Eu digo-lhe, para não se cansar a pensar: zero. -----

Em segundo, lembro que o concelho aparecia nos jornais, sempre pelos melhores motivos. Hoje, a notícia que mais ecoa é que Torre de Moncorvo caminha a passos largos para uma desertificação sem precedentes. Quem provocou isto? Todos sabemos dos dez anos de inação, não é, Sr. Presidente? -----

Em terceiro lugar, o Sr. Presidente refere constantemente que dantes havia dívida, dívida e mais dívida. O que é certo é que havia obra, Sr. Presidente, algo que o Sr. Presidente talvez até desconheça o seu significado, porque obra foi algo que o Sr. Presidente ainda não se dedicou a fazer. E agora, Sr. Presidente, quantas obras o senhor fez? E que obras o senhor fez? Talvez seja mais fácil responder a outra questão: que obras o senhor não fez? -----

Realmente, Sr. Presidente, volto a repetir o que referi na Assembleia Municipal, é caso para dizer que o Sr. Presidente parece o oposto do Tio Patinhas: o Tio Patinhas nada no meio de dinheiro e de investimentos, enquanto o Sr. Presidente nada no meio de nada e de coisa nenhuma, nem dinheiro, nem obras. -----

Obrigado. -----

16
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Executivo, Sr. Presidente de Câmara, colegas Presidentes de Junta, deputados, funcionários.---
Eu queria só dar aqui duas ou três notas. E em primeiro lugar, relativamente a estas Assembleias, que cada vez são mais pessoais – ou seja, parece que trazemos questões do fórum pessoal do que propriamente do coletivo, ou da sociedade Moncorvense. E pese embora que cada um tem as suas vidas, as suas vidas pessoais, as suas vidas profissionais, mas acho que cada vez mais nos deveríamos preocupar – e isso, sim, é que é um serviço público – com as pessoas, com as instituições e com as empresas de Torre de Moncorvo, e isso sim é o nosso dever de serviço público. -----

Outra situação aqui salientada pelo Sr. Deputado Diogo, a recolha de alimentos é um ato nobre, claro que é, para depois favorecermos as pessoas mais necessitadas. Agora, você tem que fazer uma retrospectiva de quantas vezes é que outros Partidos políticos fizeram, e quantas vezes é que as Juntas de Freguesia, com várias instituições, IPSS's, associações juvenis, escuteiros, realizaram para favorecer essas mesmas pessoas. Aliás, qualquer Presidente de Junta está numa Junta de Freguesia para servir a população, e a população também é de pessoas desfavorecidas, que estarão sempre – pelo menos da nossa parte – em primeiro plano, e nunca vi ninguém a vangloriar-se pela ajuda prestada a pessoas com mais carências. -----

E as obras acabadas – aliás, eu já sofri isso na pele, é que vocês duvidam sempre das obras acabadas. Agora, quais é que são os custos dessas obras acabadas, no passado, e transportando-as para o presente. Claro que houve muitas obras muito bem-feitas pelos anteriores Executivos, mas algumas delas, se calhar também deve concordar que foram “elefantes brancos”, pelo menos no custo de manutenção, mas é um sacrifício levado a cabo por todos para todos termos disponíveis as mesmas regalias que os que residem nas grandes cidades. -----

E eu dava-lhe um conselho, que, de facto, o Concelho de Moncorvo não é só Mós, zona industrial; tem a Lousa, tem o Peredo, tem a Cardenha. Eu, se calhar, até gostava de o convidar a vir comigo e a darmos uma volta, pelo concelho, para ver o que é que está feito, o que é que não está feito, porque as promoções pessoais, às vezes, têm destes erros. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires.-

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----
Sr. Presidente da Câmara, então agora já se pode analisar mandatos passados? Não podia estar

16
Pedro
A.S.

mais de acordo consigo. Vamos a isso, aguardo o envio da documentação solicitada nos requerimentos anteriormente apresentados por mim, com a máxima brevidade, e também da parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o posterior agendamento, já para a próxima reunião ordinária de abril. -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem repetido que nós não somos territórios de baixa densidade, somos territórios de alta intensidade. Confesso que ainda não tinha compreendido as suas palavras, até que se fez luz, quando vi publicado no semanário Expresso o mapa de Portugal, e o concelho que tinha o *pantone* mais intenso é o de Torre de Moncorvo, mas pelas piores razões: é o que encabeça a lista dos dez Municípios com maiores taxas de variação negativa, entre 2011 e 2021, menos 39,61%. Ao saldo negativo alia-se uma capacidade de fixação e atração populacional muito baixa. -----

Vem o Sr. Presidente dar conhecimento que uma das bandeiras deste Executivo ao longo dos mandatos, a área de acolhimento empresarial da Junqueira, que iria atrair a fixação de empresas no concelho, atendendo à sua localização junto ao nó rodoviário de acesso aos itinerários principal e complementar, IP2 e IC5, ainda continua em execução. Eu pensei que o Sr. Presidente nos vinha dar conhecimento da quantidade de empresas que já se encontravam instaladas e dos postos de trabalho já criados. É que o contrato foi assinado em 26 de novembro de 2020, com um prazo de construção de trezentos e sessenta e cinco dias, a empreitada deveria estar concluída em 26 de novembro de 2021. O prazo mais que duplicou, já vai em mais de oitocentos dias. -----

Esclareça, por favor, de uma vez, e uma vez que fui chumbado nestas matérias, e o Sr. Presidente nem me dava nota para ir à oral. *Quid iuris?* -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, hoje, não ridicularizando, só lhe digo: não me merece qualquer resposta, nem me revejo de forma alguma no seu discurso carregado de promiscuidade. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, muito obrigado pelas questões. -----

Dizer o seguinte: Sr. Deputado, se eu não saio do gabinete, como o senhor diz, imagine se saísse, com a vergonha que foi o seu resultado em termos de Juntas de Freguesia, que só elegeu uma. Olhe que vergonha, pior resultado do Partido Socialista desde sempre no Concelho de

lh
Pedro
M.

Torre de Moncorvo. Fruto da sua ação de quem tão bem conhece o concelho, olhe o resultado, veja, que é para não ser eu a sair da janela. Veja, uma Junta. -----

Portanto, o que eu lhe digo é que entre a ideologia – que nem ideologia é – que traz aqui, em perfeitos discursos para uma plateia de “Jotinhas” que podem ser seguidistas até atingir o objetivo, no Concelho de Torre de Moncorvo, mais importante do que isso, mais importante do que a ideologia, é o fazer. E o fazer revela no número de Presidentes de Junta que aqui tem. Se tudo está tão mau, se nada se faz, então? -----

E olhe, revela até desconhecimento de propostas, até isso revela. Não querendo tirar o mérito ao Sr. Presidente de Junta de Carviçais, não posso esquecer a anterior Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo, que foi ela que trouxe primeiro, até, a aquisição da motoniveladora. -----

Mas, Sr. Deputado, faça o seguinte: o senhor tem aqui os contratos interadministrativos, venha a este palco e diga assim: Sr. Presidente da Câmara e Srs. Presidentes de Junta, não há contratos interadministrativos para ninguém, e este dinheiro é para uma motoniveladora. Faça isso, tenha essa coragem. Ou então, o senhor, que é tão pródigo em ideias, não sabe que as Juntas de Freguesia têm autonomia e delegação de competências? O Sr. Presidente de Junta – peço desculpa, o Sr. Deputado, já o estava a pôr num patamar que o senhor não quer – o senhor não sabe que depois de haver delegação de competências, são as Juntas de Freguesia que gerem? -----

Eu vou dar-lhe um exemplo: antes de 2013 – e está aí um Sr. Deputado que várias vezes, noutra Bancada, se referiu a isso, que dizia o seguinte: mapa da motoniveladora, gerido pela Câmara Municipal. Uma semana antes de chegar ao Larinho, avariava, consecutivamente, anos após anos. Avariava, tinha sempre um problema. E depois, não era repostado o prazo, passava para a Junta a seguir – azar, esteve na oficina. Anos, Sr. Deputado. E para não haver isso – para não haver isso – foi feita a comissão para a gestão da motoniveladora. E no meu primeiro mandato, até eram dois Presidentes de Junta do Partido Socialista e um da coligação, veja bem. -----

Portanto, não é o senhor que vem aqui dizer o que quer que seja sobre obras não feitas, sobre o não conhecimento do concelho, o senhor é que não o conhece, e tem aqui patente que não o conhece. Agora, o seu discurso dá para aqui, para a resposta que teve do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais, dá amanhã, se o quiser fazer, numa coisa qualquer, numa iniciativa partidária, dá para aquilo que o senhor quiser pôr numa rede social. Espremido, o que é que dá aos Moncorvenses? -----

Sr. Deputado José Aires, eu até pensei que o senhor viesse falar do Plano Rodoviário Nacional. Mas, não fala. Sabe por quê? Porque vive no litoral. Vive no litoral, e não fala. Então, o senhor não sabe que – e respondendo aqui a questões bem levantadas pelo Sr. Deputado António Júlio, quando perguntou do IP2, dizer-vos que levámos a reunião de Câmara uma proposta do IP2

16.
Pedro
M.

para aprovarmos, e foi aprovada, e será remetida ao Sr. Ministro das Infraestruturas, e só não foi remetida antes porque não havia Ministro das Infraestruturas, tal como agora há moções que não podem ir para o Secretário de Estado da Agricultura, porque foram extintos, mas depois foram repostos. Ou seja, é nestas trapaças – quando o senhor me estava a falar, há bocadinho, de trapaças, até pensei: “Querem ver que lhe vão retirar a confiança política porque o homem me está a falar mal do Secretário de Estado e dos Ministros, que cai um mensalmente?” Eu até pensei que o senhor me fosse falar disso, quando era das trapaças e das confusões. -----
Então, o senhor está no litoral, tem uma rede ferroviária que para o interior só são previsões, onde, ao contrário do que o senhor diz, em 2018 – pode ir ver também aos seus arquivos – eu defendia que Pocinho – Vila Franca das Naves era essencial para desencravar o interior, que era essencial repensarmos, e mandámos essa proposta para as obras necessárias, até se o Fundo Ambiental quisesse vir apoiar as obras do Baixo Sabor, que era essencial repensarmos novamente uma ligação até Miranda do Douro, e o senhor fala-me do que está a vermelho carregado? O Plano Rodoviário não tem uma obra para Trás-os-Montes, tem intenções – intenções. -----

Temos um Plano Rodoviário onde há uma linha que está sobre o litoral, de Braga até Lisboa, e de Lisboa a Madrid. É assim que o senhor está a pensar trazer a atratividade aqui ao concelho? Eu pergunto: por que é que não está cá? Esteja aqui, traga os seus ensinamentos para aqui, esteja a viver aqui, venha cá. É assim, a atratividade também é dando o exemplo de estar cá. --
Neste momento, está a decorrer uma reunião entre a Mota-Engil e os técnicos da autarquia, para estudarem uma série de situações na nova área de acolhimento empresarial da Junqueira. Dizer-lhe o seguinte: temos várias propostas de aquisição de terrenos. Mas, sabe por que é que não fazemos? Porque tem que haver um regulamento próprio, e estamos a trabalhar para adquirir terrenos, para a extensão da própria área de acolhimento, porque não tenho a menor dúvida de que é mais favorável neste momento – não estou a dizer quando foi construída, neste momento – uma área de acolhimento na Junqueira, do que no Larinho, como quando foi construída a do Larinho, era mais atraente no Larinho, porque tínhamos a Nacional, que era o nosso foco. -----
E, portanto, é nestas duas perspetivas que temos que pensar, e com várias empresas estrangeiras, e com várias empresas que estão no litoral e que querem vir para cá. Diz-me assim: “Não está concluída?” Não está. Ultrapassou o prazo previsto? Ultrapassou. Mas, está dentro do prazo legal? Está, porque como eu disse da última vez, foram todas colocadas até ao limite previsto pela CCDR. -----

Agora, acha que somos só nós que temos obras atrasadas? Acha que somos só nós que temos problemas com materiais de construção e com empreiteiros? Não somos só nós, senão, então, estava tudo tolo. Há obras, muitas obras, que ainda nem sequer foram iniciadas, por esse país fora, porque tivemos dois anos de início de quadro comunitário, que não se fez – porque

normalmente é assim, nós já estamos no Quadro Comunitário 2030. Já viu alguma programação do 2030? Ainda não existe, nem está ainda aprovado pelo Governo, ainda estão em negociações, e já estamos em 2023. Ou seja, já levamos três anos de atraso. Acha que vai terminar, conforme está estipulado na União Europeia, em 2027? Não vai, porque senão, então, é que não fazemos nada. Há de passar para 2030. -----

Mas, mesmo assim, neste novo quadro comunitário, temos um problema: é que deixou de haver o quadro comunitário mais três, e passou a haver só quadro comunitário mais dois – estou a falar em termos de número de anos para andar para a frente. Mas, o que é certo é que, mesmo assim, já perdemos três. Portanto, o 2030, que era 2027, há de ser 2029. Portanto, temos que correr.-- Agora, alguém estava à espera do real, e também do que foi criado, em termos de especulação? Não, não estávamos. -----

Portanto, Sr. Deputado, quanto aos prazos, esteja sossegado, que estão a decorrer, dentro dos prazos legais para não se perder financiamento. Se me perguntar: o prazo que estava primeiro estabelecido? Não, já o ultrapassámos, obviamente que já. Agora, não podemos é perder o montante financiado, e vamos cumpri-lo – aliás, provavelmente não tem passado lá, mas se for lá, em termos de infraestruturação, está pronto. Agora, com a entrega – entrega provisória, autos provisórios, como é óbvio – vamos fazer um regulamento. Do regulamento há de ir para consulta pública, da consulta pública há de ser votado, e a partir daí alienados os lotes. -----

Dizer-lhe também uma coisa, em termos de demografia – não é uma coisa que eu goste de trazer, e por muito que queiram meter a política nisto, não há política; estamos a viver aquela fase da curvatura máxima, em termos de longevidade da vida, com um número de muitas pessoas nas nossas freguesias que atingiram esse limite, e, portanto, vamos ter aqui estes óbitos em tendência alta. E depois, obviamente, passarão a ser aqueles que estão com sessenta e setenta a entrar nessa curvatura, e vamos ter ali anos em que não será avaliado desta forma. -- Mas, dizer-vos só, em número de óbitos de 2022, andou nos cento e setenta óbitos. Não tivemos cento e setenta nascimentos. Mas, Sr. Deputado Diogo, fique com estes números, que lhe vão dar jeito: de 2001 a 2011, o Concelho de Torre de Moncorvo perdeu mil, duzentas e vinte e duas pessoas – escreva aí, se fizer o favor, que é para ter isto com dados estatísticos. Já escreveu? Mil, duzentas e vinte e dois. Escreva aí, de 2011 a 2013, coloque aí mais duzentas e vinte pessoas. E depois, faça, se quer pôr isto em termos políticos, com honestidade e ética, faça de 2013 até 2021 – e já estou a dizer 2013, que só tomámos posse em novembro. Mas, se isto fosse da responsabilidade de qualquer Executivo, veja qual é a perda de população nos mandatos do Partido Socialista. E isto, é inacreditável dizer isto, só lhe estou a responder para conseguir descer ao nível em que o senhor meteu esta conversa – não foi elevá-la, foi descer ao nível. E não estou a falar de descer em termos técnicos de profundidade por óbitos, que são as campas; é mesmo descer ao nível da sua conversa. Faça lá as contas. -----

11
Pedro
M

E eu e os meus colegas do Executivo dizemos: está aqui, temos novecentos, em uma década. Acha que isto releva para um debate de qualidade? Acha que não estamos todos preocupados, depois daquilo que lhe disse na última Assembleia, sobre os dados do interior, que está a ficar deserto? -----

O Prof. Bessa foi Ministro da Economia, como deve saber. Em 2001 dizia uma coisa num relatório, que era que o interior, infelizmente, ia deixar de ter vilas, e ia deixar de ter pequenas cidades; ia ter aglomerados urbanos das grandes cidades. Sabe quais eram as duas cidades que ele previa aqui para o interior? Provavelmente não, provavelmente nunca ouviu falar deste relatório, porque senão não diria as coisas que diz aqui. Dizia que provavelmente Vila Real como uma média cidade, e depois Bragança, como pequena cidade. Veja bem ao ponto que o interior, em 2001, era colocado. -----

Talvez o senhor não saiba, e não sabe, de certeza absoluta, que quando foi a célebre Lei da fusão das freguesias, numa visita aqui do Ministro Miguel Relvas, eu lhe disse que não contava com isso, e achava que era um erro, porque havia freguesias, por muito pequenas que fossem, mas que ficavam longe, e que não ia resolver a situação financeira, e mais, ia agravar a distância entre as pessoas da sede do concelho. E disse-lhe uma coisa, num almoço no Artur, com o anterior Executivo, em que lhe disse uma coisa muito simples: é que nós, qualquer dia, teríamos de pensar era, não na fusão de freguesias, ou extinção de freguesias, mas de concelhos, e que desse autonomia aos concelhos para fazerem fosse o que fosse – associações de Municípios, o que fosse. Mas, esse ia ser o nosso drama. -----

Não acha que as maiorias absolutas – do PSD, do PS, o que for – não deviam ter tomado já a iniciativa, em termos de ensino superior, de Lisboa, Porto, Coimbra, não terem, por exemplo, o ensino e o curso de medicina veterinária, e ser, por exemplo, Castelo Branco, Beja, Bragança? Não acha? -----

Hoje estivemos a ouvir – devem ter ouvido também – não se consegue encontrar um T2 por menos de 1.500€ em Lisboa, jovens que não sabem como fazer – uns que estão a acabar o curso, e que dizem: “*A nossa intenção é emigrar, porque temos uma boa educação e uma formação, mas depois cortam-nos as pernas, não conseguimos trabalhar.*” Como é que eu vou pagar 1.500€ e 1.600€ por um T2, para constituir família, se o meu ordenado, como técnico superior, vai ser 1.200€? -----

As propaladas notícias da habitação, que foram dadas. Sabe a quanto é que corresponde o pacote da habitação – a quanto é que corresponde o pacote da habitação do Estado para a necessidade do imobiliário público? O pacote que foi ontem anunciado, sabe a quanto é que corresponde? 0,5% das necessidades. -----

Portanto, veja bem que isto não é de um concelho ou de outro, é a nível nacional. E nós aqui temos o problema de não termos população. Agora, é por falta de esforços da Câmara, deste

14.
Pedro
M.

Executivo, do anterior, dos anteriores? Têm bairros em Lisboa que nem saneamento têm, que não têm eletricidade, que andam a roubar uns aos outros. Não lhe acontece isto aqui. Se não inscrever o seu filho até julho do ano anterior, não tem creche; isso não acontece aqui. Quer ir ver um filme? Paga 7€, mais a Coca-Cola, mais isto, mais aquilo. Aqui não tem esse problema.- Quer piscinas com qualidade, onde se podem disputar campeonatos nacionais, como as daqui? Obviamente que o custo do funcionamento delas é suportado pelo Município, mas todos nós aqui assumimos isso, é uma questão social. -----

E quando eu lhe digo que não me resigno à baixa densidade, e que somos de alta intensidade, é porque nós fazemos tudo para que as pessoas se sintam bem. E não penso como alguns, que dizem assim: "Não, não temos aqui a Odisseia do Teatro D. Maria II, porque isso não é para territórios como Moncorvo." É, nós pagamos os mesmos impostos. Aliás, eu percebo que, às vezes, o Sr. Deputado se contorça aí de dores, eu sei que não são hérnias discais, são hérnias "fiscais", porque o aumento dos impostos com este Governo foi de tal forma que nunca tivemos uma carga fiscal como agora. E eu percebo a sua hérnia "fiscal", é que vem defender os "pobrezinhos", a parte social, e depois não tem coragem de dizer que este Governo foi quem colocou uma carga fiscal maior sobre os trabalhadores. E esse é o seu problema, porque quem estiver à frente destes concelhos, independentemente da cor, vai ter que deixar ideologias e partidarites, e pensar nas pessoas, nos municípios e no território. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu estava com vontade de aconselhar todos a ler as Cartas Educativas de Moncorvo, já que estamos a falar da evolução da população, mas também não me quero meter, nem quero fazer nenhuma intervenção. Mas, se tiverem disponibilidade, aproveitem para ler e comparar os números das diferentes Cartas Educativas. Podem começar na do ano de 2000. As Cartas Educativas? No site da Câmara estão, certamente. Isto só para falar de população. Como sabem, eu sou professor e lido com a realidade da diminuição dos alunos. Peço desculpa por este aparte. -----

PONTO 2 — CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

11
Pedro
A. J.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados: -----

Os contratos interadministrativos das Juntas – e os Srs. Presidentes de Junta estão aqui – são a forma mais transparente que existe para passar verbas de funcionamento para as Juntas de Freguesia. Estão estipulados os valores, estão estipuladas as regras, não se mexe, é o que está. Há aqui uma situação, que eu espero que depois não me digam que não é a mais clara, mas foi a forma que nós arranjámos. Em nenhuma Junta de Freguesia está refletido o número de óbitos. E por quê? Por forma a terem a mesma verba que tiveram no ano passado, porque senão já tinha que vir por aqui abaixo. E daqui a quatro ou cinco anos, ou dez, se mantiverem isto, poderá haver Juntas que não têm para receber, e continuam com os mesmos encargos, porque podemos não ter população, mas temos caminhos que temos que arranjar e manter. Portanto, é a única coisa. -----

E por isso, eu disse: manteve-se exatamente igual às do ano anterior, em termos de população e de valores. Não podemos usar aqui também a inflação, é uma forma de ajudar as Juntas de Freguesia a fazerem o seu trabalho, que é árduo e sem meios, que não os têm, mas estão lá todos os dias. -----

E, portanto, penso que aqui, juntamente com os Srs. Presidentes de Junta, foi um consenso alargado, e é isso que o Executivo vos apresenta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Não há inscrições. Passaríamos à votação do Ponto n.º 2. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados José Aires e António Júlio Andrade*) **autorizar “a Câmara Municipal a celebrar os Contratos Interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia até ao montante estabelecido no mapa financeiro anexo à minuta”.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

16
Pedro
M.

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Srs. Deputados, tenho que vos dar os parabéns pela forma como conduzimos isto, não aceitando de forma cega as competências, e que produziram efeitos. -----

Para terem uma noção, nas negociações que decorreram, o Município de Torre de Moncorvo fez ver que era impossível funcionar conforme está, e foi a nossa posição aqui tomada, de não aceitarmos cegamente as competências, que fez com que fossem revistos determinados valores, para todos os Municípios, obviamente, e nomeadamente para Torre de Moncorvo. -----

A questão aqui trata-se meramente do formal. Como nós fizemos um período de adaptação, temos que enviar, na primeira Assembleia a decorrer – porque é até 28 de fevereiro – a nossa posição para a DGAL. Tem que vir aqui para assumirmos os compromissos a 3 de abril. É só uma questão formal, decorrente da tomada de posição que, quer o Executivo, quer a Assembleia Municipal, tomaram quando não aceitámos as competências. -----

Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Ponto n.º 3, Transferência de competências no domínio da Ação Social. Ninguém se está a inscrever. -----

Então, iríamos votar a prorrogação, segundo a indicação que está aí, que seria – e corrija-me se estiver errado, Sr. Presidente da Câmara – assumir as competências no dia 3 de abril. -----

Vamos votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade) aprovar a proposta apresentada, procedendo-se assim à prorrogação do prazo para a assunção das competências no domínio da ação social até 3 de abril de 2023, comunicando-se a respetiva deliberação à DGAL. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SELEÇÃO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU. -----

14.
Pedro
M

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Miguel Lopes (PS)** e **José Aires (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Vereadora, faça favor. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Então, bom dia a todos. Como sabem, anteriormente houve um pedido de procedimento concursal para seleção de um cargo de Direção Intermédia de 2.º grau, o qual, por motivos pessoais de alguns elementos do júri, tivemos que reformular. Isto ocorre, é uma diligência que pode ocorrer quando há um procedimento concursal. -----

E nesse sentido, o que nós trazemos aqui é novamente uma nova equipa, um novo júri, para a aprovação, ou a deliberação aqui da Assembleia, relativamente a este assunto. -----

Por isso, isto não é um procedimento excecional, é um procedimento que ocorre em alguns procedimentos concursais, por razões diversas os elementos do júri – um, ou dois, ou até eventualmente os três, podem haver desistências motivadas por diversas causas. Nesse sentido, houve necessidade de reformular os elementos do júri, e é nesse aspeto que nós trazemos aqui novamente, para aprovação, ou para decisão desta Assembleia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----

Estão abertas as inscrições, relativamente ao Ponto n.º 4. Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor.-

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os presentes na sala, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Presidentes de Junta, deputados, funcionários do Município. -----

Sr. Presidente da Assembleia, também se me permite um pequeno aparte, deixe-me só dizer-lhe uma coisa. Sr. Presidente, toda a gente lhe reconhece qualidades, que as tem, mas hoje ficamos a saber que tem mais uma: é um bom técnico do IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Já o estou a ver no Canal 1 da RTP, quando deixar de ser Presidente de Câmara, a apresentar o tempo. É só um aparte. -----

Outra questão também, agora falando de outra situação, o Sr. Presidente falou aí nas piscinas que temos, na qualidade dos serviços, se puder ver a temperatura da água, há pessoas que se estão a queixar que a água está um bocadinho fria, há pessoas a queixarem-se que a temperatura da água está mais baixa do que o normal. Não sei se está, nem se não, mas se puderem ver essa questão, é um pequeno aparte. -----

Em relação ao Ponto n.º 4, a Sra. Vereadora tentou esclarecer, mas acho que há aqui questões que devem ser esclarecidas de outra maneira, na minha opinião. -----

lh.
Pedro

M.

Não sei se me dirijo ao Sr. Presidente da Câmara ou se me dirijo à Sra. Vereadora, dirijo-me aos dois. Este procedimento concursal foi aprovado na Assembleia Municipal de 10 de dezembro de 2021. Em 1 de julho de 2022, oito meses após a abertura, a Chefe de Divisão de Alfândega da Fé, membro do júri, declara-se impedida de participar, em virtude de um familiar ser opositor ao concurso, foi substituída pelo Chefe de Divisão do Município da Régua. Ou seja, se leu a primeira desistência do júri, já todos os elementos tinham conhecimento dos concorrentes, e nenhum dos elementos se declarou impedido de continuar. O júri prosseguiu, conhecendo os candidatos. --- Hoje, volvidos um ano e dois meses sobre o início do procedimento, e sete meses após conhecerem a lista de candidatos, todos os elementos do júri pedem substituição, pelos mesmos motivos invocados pela primeira desistente. -----

Sr. Presidente, Sra. Vereadora, reforço: todos os elementos desistem pelo mesmo motivo, de afinidade, com um ou mais candidatos. Mais estranho se torna quando são todos de concelhos bem diferentes. Um dos membros descobriu parentescos nos candidatos ao fim de sete meses, já os outros dois que iniciaram o procedimento descobriram o mesmo, mas demoraram catorze meses. -----

Todo este enredo é pouco claro, torna tudo muito inverosímil. Sr. Presidente, Sra. Vereadora, o que se passa com este procedimento concursal, que já se arrasta há vários meses, sendo este um lugar tão importante para o Município? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Luís Lopes. Dava a palavra ao Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados.-- Não sei qual o adjetivo que melhor qualifica este procedimento. Podemos escolher vários, desde bizarro a insólito, não deixa de ser no mínimo estranho. -----

E como a memória é curta, vou relembrar os factos: a Divisão da Ação Social foi criada com a aprovação da estrutura orgânica, na reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de abril de 2021. A 24 de junho de 2021, através do Aviso n.º 11.824/2021, foi publicado o despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 26 de maio de 2021, de nomeação, em regime de substituição, para o cargo de Direção Intermédia de 2.º grau – Chefe da Divisão de Ação Social, do trabalhador Joaquim Vítor Bento Pereira, com efeitos a 1 de junho de 2021. -----

A última reunião da Assembleia Municipal do mandato 2017-21 teve lugar a 28 de junho de 2021, quatro dias depois da publicação do aviso de nomeação em Diário da República. -----

Tendo em conta que o Sr. Presidente da Câmara, na primeira reunião deste mandato da Assembleia Municipal, que se realizou no dia 10 de dezembro de 2021, não respondeu às

16.
Pedro
MP

questões colocadas sobre o assunto, solicitei, através do Presidente da Mesa, no Requerimento n.º 19/2021, os seguintes esclarecimentos: qual a justificação legal para a nomeação em regime de substituição de um dirigente intermédio de 2.º grau para um lugar que só foi criado um mês antes, e publicado em Diário da República no dia 20 de maio de 2021, cerca de uma semana antes? Quem era o dirigente que nesse mês exerceu funções, que o referido trabalhador foi substituir? Desde a data de nomeação até agora, o referido trabalhador ainda se encontra no exercício do cargo de Chefe da Divisão de Ação Social? Cópia dos recibos de vencimentos processados pelos serviços municipais ao referido trabalhador, desde março até à presente data.-----

Bem sei que o Sr. Presidente assertivamente me deu conhecimento de que as questões relativas aos recursos humanos são da sua competência e responsabilidade, no Ofício n.º 144/2022, Divisão DAF, de 15 de fevereiro de 2022, e acrescentou, e passo a citar: *“As decisões do Presidente da Câmara, no exercício das competências que a Lei lhe reconhece, não são sindicáveis pelo órgão executivo municipal, nem tampouco este órgão tem competência para fiscalizar a atividade do Presidente da Câmara nestas matérias. Por maioria de razão, se a Câmara Municipal não tem competência, também a Assembleia Municipal não a terá, pelo que o solicitado extravasa o âmbito da fiscalização prevista na alínea a) do n.º 2 do art.º 25.º do RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais.”*-----

Longe de mim pôr em causa as suas competências, desde que exercidas dentro das leis vigentes. -----

Como não obtive resposta, enviei ao Presidente da Mesa o Requerimento n.º 5/2022, de 20 de abril de 2022, solicitando, no âmbito do Regimento, o agendamento na ordem de trabalhos da reunião de 29 de abril de 2022, tendo em vista a obtenção dos esclarecimentos. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal entendeu enviar novamente para o Presidente da Câmara, que fez *copy / paste* do ofício anterior, e as questões continuaram sem resposta. -----

Pese embora a relutância na disponibilização da documentação solicitada, na última reunião desta Assembleia Municipal, no assunto do Ponto n.º 6, referente à alteração da Estratégia Local de Habitação, a Informação n.º 1.934/2022, Divisão DAS, datada de 10 de novembro de 2022, é assinada pelo Chefe de Divisão em regime de substituição. Afinal, está neste regime há um ano e oito meses. -----

Sr. Presidente, o que está em causa é a legalidade desta nomeação, tendo em conta as leis que invoca no despacho de nomeação, art.º 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, conjugado com o art.º 19.º da Lei n.º 49/2012. Nos termos do n.º 1 do art.º 27.º da Lei n.º 2/2004, não é admissível a nomeação em regime de substituição em cargo nunca antes provido, uma vez que, no caso concreto, não ocorreu ausência ou impedimento do respetivo titular por mais de sessenta dias, nem se operou a vacatura do lugar. -----

16
Pedro
M -

O n.º 3 do mesmo normativo estabelece que a substituição cessa na data em que o titular retome funções, ou passados sessenta dias sobre a data da vacatura do lugar, salvo se estiver em curso procedimento tendente à nomeação de novo titular. -----

Do consignado no n.º 1 e no n.º 3 do art.º 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, infere-se que para se admitir o exercício de funções em regime de substituição é necessário que o cargo dirigente tenha estado anteriormente provido, o que não sucedeu na atual situação. -----

E a Lei n.º 49/2012, no art.º 22.º, rege que, sem prejuízo da responsabilidade civil, financeira e disciplinar a que houver lugar nos termos gerais, o pessoal que receba indevidamente remunerações e demais abonos inerentes a um lugar de dirigente fica obrigado à reposição das quantias recebidas, sendo solidariamente responsável pela referida reposição aquele que informe favoravelmente ou omita informação relativamente ao provimento ou permanência de pessoal dirigente em violação do disposto na presente Lei. -----

O que está em causa, Sr. Presidente, é a gestão dos dinheiros públicos e do cumprimento da Lei, matéria da competência da Assembleia Municipal. Até quando irá o senhor tapar o sol com a peneira? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra à Sra. Vereadora, que será a Sra. Vereadora que se irá pronunciar. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Sr. Deputado, na qualidade de responsável pelo concurso, é nesse sentido que eu me vou pronunciar. -----
No que diz respeito ao procedimento concursal, os elementos que nós temos são que os elementos têm sucessivamente desistido, e penso que não é nenhum segredo que existem reclamações feitas formalmente e informalmente por candidatos a este concurso. E nesse sentido, sem procurar fazer juízos de valor – porque não é isso que me compete – realmente concordo com V. Exa. quando diz que o procedimento concursal foi demorado, foi particularmente estranho, e ao longo do tempo, posso dizer-lhe também que as Câmaras Municipais têm cada vez mais levantado objeções a que os seus elementos responsáveis – Chefes de Divisão e outros elementos – não participem em concursos, em procedimentos concursais de outras Câmaras. -----

Por isso, isto é um problema que nos assiste agora, e que vai existir para o futuro. -----
Penso que, de alguma forma, posso esclarecer que o procedimento tem tido muitos altos e baixos, por razões externas à própria metodologia seguida no procedimento concursal, e que isso, com certeza, não é segredo para ninguém. Por isso, vamos chamar os bois pelos nomes e vamos dizer o que é que toda a gente sabe que se está a passar. -----

1h
Adm.
M

E nesse sentido, o que posso dizer, apenas como responsável ou, no fundo, pessoa do Executivo que acompanha o procedimento concursal, posso afirmar que o procedimento tem tido obstaculizações ao longo do procedimento, e que, nesse sentido, os elementos do júri não se têm – por razões familiares, de saúde, ou outras – não se têm sentido confortáveis para a execução da sua tarefa como elemento do júri. -----

E nesse sentido, a situação tem vindo a demorar este tempo todo, e é para a sua resolução, e não para a sua manutenção, que nós pretendemos resolver o problema, e por isso é que o trouxemos cá. -----

É o que eu tenho a afirmar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu não irei, obviamente, falar sobre as questões que a Sra. Vereadora falou, mas dar só aqui, para não ficar qualquer laivo de ilegalidade, ou do número que o Sr. Deputado sucessivamente quer impor em cima do Executivo, pensando que é o dono da legalidade – ou quem escreve, ou o senhor escrevendo, aqui já ponho as duas hipóteses – que há ilegalidades, dizer-lhe – e pode utilizar, depois, para outro parecer – o parecer dado pela Comissão de Coordenação: -----

“Em face do exposto, somos da opinião que quando são criados novos lugares...” – que foi o que o senhor falou aqui, novos lugares – *“... de cargos dirigentes, existe uma vacatura de lugar...”* – por definição, os lugares estão vagos – *“... sendo que, verificando-se a necessidade de designação em substituição, a mesma deverá ocorrer e durar até à conclusão do respetivo procedimento concursal, uma vez que o Legislador, ao prever o regime de substituição, pretendeu proteger a continuidade e a boa administração dos serviços públicos, independentemente de os lugares já serem pré-existentes ou lugares novos.”* -----

Portanto, aquele laivo de ilegalidade que o senhor enviou para nós, bate no escudo e remete-o para si. -----

Muito obrigado, Sr. Deputado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado José Aires, penso que é o único. Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Mesa, muito obrigado. -----

Bem, Sra. Vereadora, eu desconheço quaisquer reclamações formais ou informais, mas ainda bem que, existindo, nos clarificou, e também disse que é um procedimento que tem tido uma obstaculização, vários obstáculos, e que as pessoas não se têm querido manter no processo, e

14.
Pedro
10.

que por essas razões têm pedido escusa, e têm-se demitido do júri. Gostava que nos pudesse esclarecer melhor essa questão, acho que são afirmações graves. -----

E agora, temos também o folhetim da designação do júri. O procedimento concursal teve o seu início com a proposta de designação do júri, na reunião de 10 de dezembro de 2021. A 17 de fevereiro de 2022, é publicado no Diário da República o aviso de abertura do procedimento n.º 3.365/2022, e também no BEP, com o código de oferta OE202202/0557, com o prazo de dez dias para apresentação de candidaturas, sendo fixada data limite de 3 de março de 2022. -----

Cerca de sete meses depois, na reunião de 30 de setembro de 2022, vem a esta Assembleia Municipal proposta de substituição de uma vogal do júri do concurso, que se declarou impedida de participar no procedimento, em virtude de um seu familiar ser opositor ao concurso. Tanto tempo para detetar o impedimento? -----

Os dois elementos que se mantiveram no júri inicial, mais o novo elemento que passou a integrar o mesmo a partir de 30 de setembro, notificaram a Câmara sobre o seu impedimento, por motivos pessoais e familiares. Passado mais de um ano, vem o Sr. Presidente da Câmara propor a alteração integral da constituição do júri do procedimento concursal para o preenchimento do cargo de chefia de 2.º grau para a Divisão de Ação Social. Mais parece uma manobra dilatória, para ver se os possíveis candidatos se cansam e desistem do concurso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, estamos perfeitamente à vontade com essas manobras dilatórias. Como sabe, até as manobras dilatórias têm prazo, como sabe. É essa a questão e a definição que provavelmente quis trazer aqui. -----

Mas, já reparou que, ao contrário de outros tempos, os júris são todos pedidos a Câmaras Municipais diferentes desta, e neste caso, Macedo de Cavaleiros, onde o seu Partido é maioritário, e foi o Executivo de Macedo de Cavaleiros quem enviou os respetivos técnicos. Até porque – e o senhor sabe disto, sabe bem, não vale a pena jogarmos com palavras – não pode ser um técnico qualquer, tem que ser dirigente. E não há assim tantos como isso. E, portanto, tem que se recorrer e pedir, ou solicitar, aos diversos Executivos se têm, destas áreas, dirigentes, ou não, e se estão disponíveis para concordar. -----

Quanto à questão de os técnicos pedirem ou não pedirem, eu não vou saber se morreu a mãe, se casou o primo, se não quer estar, até porque eles não são remunerados por estarem aqui. Se eles escrevem a dizer “não posso estar”, nós temos que acatar, com outro problema, é que temos que andar novamente a perguntar aos Municípios quem é que tem dirigentes daquela área para poder vir integrar o júri. -----

Portanto, nós temos a confiança total, e queremos é que este processo seja o mais rapidamente

Jh.
Pedro
Ad

concluído, porque também não é confortável, como pode saber e pode prever isso, para nenhum de nós os três, vir aqui novamente com um novo júri. Não é confortável, nós queríamos que isto estivesse resolvido. Agora, não podemos é obrigar os júris a estar. -----

O senhor diz, e é verdade, só depois de sete meses é que descobriu que tinha lá uma sobrinha, ou uma prima? É verdade. E eu posso ir lá, e pedir certidões de todos, "vejam lá se é vossa prima, ou se não é"? Não posso. Fica já na consciência de cada membro designado. Mas, a senhora fez isso. Imagine que não fazia, e que em sede de reclamação diziam: "Não, fulana tal até é prima..." Era mais complicado. -----

Mas, este tem sido o problema. E mais grave seria se tivéssemos outros dirigentes, como Diretores de Departamento, porque aí, Diretor de Departamento só existe em Freixo, Macedo, Mirandela e Bragança, não há mais. Chefes de Divisão existem mais. Mas, este é o problema, mas não é confortável para nós. -----

Agora, nós queremos é que isto seja resolvido o mais rápido possível, pode crer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Então, iríamos passar à votação do Ponto n.º 4, que relembro qual é, Proposta de alteração de júri do procedimento concursal para seleção do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor, 7 abstenções (dos deputados Diana Cabeleira, Fausto Tiago, Diogo Oliveira, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes, António Júlio Andrade e Luís Marcelino Lopes) e 1 voto contra (do deputado José Aires) **aprovar a "alteração do júri proposto para o respetivo procedimento"**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado.

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de voto**-----

"A forma como o processo se tem vindo a arrastar levanta sérias dúvidas quanto à legitimidade do procedimento, razão pela qual voto contra. -----

O Deputado Municipal, -----
José Manuel Rodrigues Aires". -----

Irei entregar na Mesa, para ser anexa à ata. -----

16.
Pedro
M.

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 5 — COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2022.-

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Ponto n.º 5, é para tomar conhecimento, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo – Apreciação do Relatório de Atividades do ano de 2022. Srs. Deputados, quem se pretende pronunciar sobre o relatório? Isto é uma tomada de conhecimento, não há inscrições. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º2 do artigo 18.º da Lei n.º 147/99 tomou conhecimento do “Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Torre de Moncorvo do ano de 2022”.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — TOMADA DE POSIÇÃO A RESPEITO DAS QUEBRAS DE PRODUÇÃO REFERENTES AO OLIVAL, VINHA E AMENDOAL, NO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados José Aires (PS), António Júlio Andrade (PS) e Diogo Oliveira (PS). -----

-----O Presidente de Mesa: Sra. Vereadora, faça favor. -----

-----A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses): Como todos sabem, este ano, o ano agrícola, tem sido uma sucessão de problemas, e de diminuição de produção,

1h.
Pedro
M.D.

que afetam as famílias, as freguesias, a comunidade local, de uma forma como já há bastante tempo não tínhamos tido, nomeadamente na área do olival, do amendoal e também da vinha. -- E nesse sentido, em reunião de Câmara falou-se na possibilidade de fazer um documento simples – porque os sucessivos Municípios, associações, cooperativas, estruturas organizativas do setor, estão sucessivamente a manifestar-se com dificuldade dos rendimentos das explorações agrícolas, no fundo, dos rendimentos familiares das famílias que vivem através do rendimento do setor agrícola, ou agrário. E nesse sentido, achamos importante fazer um documento que pudesse seguir para a Assembleia da República e para as mais altas instâncias do poder no país. -----

E nessa reunião de Câmara ficou estipulado que o Vereador Hélder Ferreira e eu, porque tenho o setor ligado ao ambiente e agricultura, ficaríamos responsáveis pela elaboração de um documento que fosse simples, e que, no fundo, transmitisse a quem nos governa o problema que estão a ter as famílias que vivem através dos rendimentos da parte da agricultura. -----

É esse o documento que temos aqui. Ele, no fundo, transmite a possibilidade de se fazer um levantamento dos rendimentos dessas famílias, e fazer a comparação com o rendimento dos anos anteriores, por forma a haver alguma compensação, dada a diminuição que foi neste ano agrícola, sobretudo no setor do azeite, em alguns lugares – não sei se têm conhecimento disso, mas em algumas freguesias, muitos agricultores nem sequer se propuseram a fazer a apanha da azeitona, e isto vai ter consequências. Nós não sabemos qual vai ser o ano agrícola que nos espera este ano, e por isso, acho que é um problema. Se nós queremos desenvolver o Município, não penso em fazê-lo sem a área do setor agrícola, as comunidades estão ligadas ao setor agrícola, estão envelhecidas, estão com grandes problemas de manutenção das suas áreas, mas que nenhum governante ou responsável lhe passe pela ideia de fazer o desenvolvimento de um local como Moncorvo sem pensar no setor agrícola. -----

E por isso, nesse sentido, esta é uma primeira chamada de atenção. Nós iremos acompanhar as questões relacionadas com os rendimentos das famílias e da comunidade, e nesse sentido, esta é uma primeira chamada, e pensamos não ficar por aqui, porque, realmente, vai ser preciso, com certeza, fazer mais diligências, no sentido de garantir os rendimentos aos agricultores. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----

Estão abertas, então, as inscrições para as intervenções sobre este ponto. Temos o Sr. Deputado José Aires e António Júlio Andrade. -----

Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa. -----

Antes da intervenção propriamente dita, também não posso deixar de referir que pela segunda

16.
Pedro
M.

reunião consecutiva, e com muita pena nossa também, penso eu – não está cá o Sr. Deputado Luís Dias, Líder Parlamentar do CDS, tenho a certeza que este é um tema que lhe é caro, e que poderia até concordar com a minha intervenção. -----

Vou ser claro e objetivo. Relativamente à tomada de posição em prol dos agricultores do Concelho de Torre de Moncorvo, não podia estar mais solidário e de acordo com as preocupações manifestadas no documento que aqui nos apresentam. -----

Mas, relativamente à composição literária, recomendo uma profunda revisão, não só da prosa, mas também da vertente gramatical. É no mínimo insólita a forma como a sintaxe se encontra violada, não só pelos erros de escrita, mas também pelo abusivo e incorreto uso de vírgulas, que ao contrário dos produtos endógenos afetados pela seca severa, parecem brotar com a mesma intensidade da precipitação com que o S. Pedro nos presenteou em dezembro passado. -----

Recomendo a retirada deste ponto, para que os proponentes possam elaborar um texto com a dignidade que os agricultores do Concelho de Torre de Moncorvo e as entidades para as quais se propõem enviar merecem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Agora o Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Assembleia, membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros amigos, colegas, companheiros, como queiram chamar. -----

Eu estou plenamente de acordo, estou plenamente de acordo. Aliás, uma das coisas que a mim me espanta é que nós vivemos num concelho iminentemente rural e agrícola, e em muitos, muitos anos que levo nesta Assembleia e em outras atividades políticas, raramente, ou quase nunca, apareceu qualquer proposta em aspetos agrícolas e rurais. Reparo, por exemplo – sem ser contra a vinha, nem contra o amendoal, nem contra isto, nem contra aquilo, mas quero dizer o seguinte: nós enchemos a boca a dizer que temos belas paisagens, para desenvolver o turismo. Mas, não fazemos nada, ainda não vi uma única medida para tratar da paisagem. Vejo gastar muito dinheiro em jardins, nas vilas, nas aldeias, nisto e naquilo, mas não vejo gastar praticamente um tostão em paisagem, a não ser os que andam no Reboredo, porque ardeu. ----

Ora bem, eu acho que é importante olharmos para isso, acho que é muito importante, porque a paisagem só é bonita se for tratada, porque se for abandonada, fica um matagal. E é o que nós temos. Reparem, eu dou volta ao Concelho de Moncorvo e praticamente eu acho que só vejo um pedaço de pinhal tratado, limpo, lavrado, tirado o mato, etc., até para evitar incêndios. Só vejo um bocadinho, acho que é no Larinho. De resto, não conheço mais nenhum pinhal. -----

14
Pediú
M

Ora, não acham que devemos tratar o pinhal? Não acham que a Câmara tem a obrigação – e esta Assembleia – de olhar para esse aspeto? -----

Depois, eu espanto-me, pedimos subsídios para a amêndoa, para o azeite, para o vinho, sim senhor, muito bem, é certo. A árvore nacional, e a árvore que está representada no brasão do Concelho de Moncorvo é o sobreiro, mas não vejo pedir um tostão de subsídio, nem tomar uma iniciativa para subsidiar o trato dos sobreiros, por exemplo, e coisas parecidas. -----

Ora bem, tudo isto vem a propósito de que acho que devemos realmente refletir sobre estes temas, e, Sr. Presidente da Assembleia, possivelmente marcar um ponto de uma reunião para tratar desses assuntos. Não sei, é uma sugestão, não sei se estão de acordo, ou se não, mas acho que devemos olhar em profundidade, porque as paisagens e o mundo rural merecem tanto ou mais que o mundo urbano, merecem tanto ou mais que os jardins, que são muito bonitos, dão muitas flores, mas no mundo rural e na paisagem rural também há muita flor. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado António Júlio Andrade. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Este é um dos pontos que merece a unanimidade desta casa. E merece a unanimidade desde logo pelo conteúdo que este documento trouxe, e por quem o elaborou. Merece a unanimidade, não por olharmos para a forma, mas para aquilo que queremos resolver de imediato, dando conhecimento às entidades decisoras, e que vão decidir a breve trecho. -----

Percebemos aqui que não há unanimidade porque não concordam com a forma, esquecendo o conteúdo, e para isso, não se importavam de passar para abril, e quando, depois, houvesse já apoios aos outros concelhos, viriam aqui dizer que, afinal, nós devíamos ter feito. E o que se faz aqui é a forma e o conteúdo. -----

Sr. Deputado, nós estamos aqui com o conteúdo programático e pragmático do que se quer fazer. Depois, o texto será, obviamente, dentro das balizas que os Srs. Deputados aqui quiserem colocar, feito para enviar para os Ministérios. -----

Aqui a questão é deixarmos cair por terra o sofisma e passar à dialética aristotélica. Essa é que é a importância, não é a forma. Obviamente que, depois, não sairá neste papel, sairá numa coisa vincada, com os votos que foram da Assembleia Municipal, bem como tudo, e num texto devidamente redigido. -----

Agora, eu não sei se são vinte, se são trinta, se são quarenta, acredito que são 40% de quebra, estes é que são os valores que nós temos. Depois, o texto, teremos que enviar uma coisa

devidamente timbrada para a Assembleia Municipal, e até mais longe, para todas as associações, como é óbvio. -----

Sr. Deputado António Júlio, não podia estar mais de acordo consigo, é extremamente importante. Mas, eu vou dar-lhe aqui um exemplo: se o Sr. Deputado for falar com muitos dos agricultores que querem investir, os empecilhos para eles investirem – e vamos chamar isto com os nomes mesmo – são as azinheiras e os sobreiros. Não deixam investir porque há uma azinheira, porque há um sobreiro, porque alguém do ICNF – que às vezes até troca o que é uma azinheira e um sobreiro – coloca problemas e entraves aos produtores. -----

Agora, isto deve ser já algo que está a ser inculcado, que é o aspeto estatizante da economia.----
Ontem fomos brindados pelo Primeiro Ministro a dizer: casas devolutas, nós vamos arrendar.---
Então, vamos por ali dentro, nós é que arrendamos, e não sei quê. E os proprietários vão aceitar isso? Ou estatizamos o arrendamento? -----

A Câmara tem bastantes terrenos tratados, e custa dinheiro, é verdade, mas estão tratados.----
Como é que nós vamos fazer isso em terrenos privados é que eu não sei. O máximo que nós podemos dizer é aquilo que já fazemos, alertar as pessoas da limpeza dos pinhais, alertar as podas que são feitas, a desrama e a desmatação, como estamos a fazer no Reboredo, isto já é a Câmara. Portanto, isso já é tratar de paisagem. Mas, como sabe, o Torga tinha uma frase que era que as pessoas só não se matam mais porque ainda há ali algo de consciência, mas o pedaço de torrão era o pior que existia, se entrávamos um bocadinho já era uma guerra. -----

Portanto, o que eu lhe quero dizer é que estou completamente de acordo consigo na importância do setor primário, mas não estou de acordo na obrigação da Câmara de intervir nos particulares e nos privados, até porque o grande problema que nós temos ultimamente, e os incêndios, e isso – se me perguntar como é que devia ser, os corpos de bombeiros que estão aí, às vezes, em Moncorvo, vinte, e trinta, e quarenta, na época de incêndios, não seria melhor até – e estou aqui a pôr um parêntesis – profissionalizá-los e tê-los durante todo o ano, para estarem a trabalhar agora durante o inverno, para depois não termos incêndios. Se calhar, era. Precisaríamos de tantos helicópteros e de tantos aviões no combate aos incêndios se estivessem limpos? Se calhar, não. -----

São estas situações em que temos que olhar para o parcelário português e pensar se temos condições para ter boa floresta, como disse, se países aqui ao lado, nomeadamente a França, consegue ter uma gestão da floresta, e a dar dinheiro aos proprietários – não é só dar encargos, é dar dinheiro – não deveríamos pensar nisso? Ainda se discute se é a administração interna, se é a agricultura que tem o parcelário. -----

Portanto, eu acho que as medidas têm que vir de cima para baixo, mas os proprietários aqui têm o dever de, tendo terras, colocá-las bem limpas. Não o fazendo, há que ter aquela coragem, que já várias vezes foi falada, mas aí, sim, em termos estatizantes, de dizer: estão abandonadas, o

16
Pedro
M

imposto é mais alto; continuam a ser abandonadas, passa para uma bolsa de terras. Falou-se, qual foi o resultado destas bolsas? Temos conhecimento disso? Não temos. O apego à terra é de cada um, obviamente, mas estou completamente de acordo consigo na importância fulcral que é o setor primário. Aí estamos de acordo, e disponível para a sessão que quiser, e as sessões que quiser para discutirmos efetivamente isso, sem – e continuo a dizer – o aspeto estatizante, e a Câmara a ser obrigada a fazer limpezas, ou o que quer que seja, nos prédios. --

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado António Júlio, e é só. Faça favor, Sr. Deputado.--
E o Sr. Deputado Diogo Oliveira, peço desculpa. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, eu não me quero referir a nenhum desses assuntos, não quero entrar em muitas discussões políticas, ao estatizante, ou ao deixar de estatizar. Eu só quero dizer que devemos discutir estes assuntos. E para já, por exemplo, eu, pessoalmente, acho que seria muito mais importante aplicar 200.000€ ou 300.000€, que se gastam numa Feira Medieval, em tratar a floresta, do que uma Feira Medieval, do que uma festa, por exemplo. -----

Agora, haverá muitas hipóteses, muitas discussões, muitas formas de encarar as coisas. É só isso. Por isso eu pedi para discutirmos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, uma coisa é o conteúdo, e estamos todos de acordo de que o apoio é necessário; outra questão é o saber escrever. E uma coisa lhe pergunto: não tem vergonha de um documento ser apresentado nesta Assembleia com tantos erros de português? Vai enviar um documento para o Presidente da República e para o Primeiro Ministro com tantos erros? Não considera isso um insulto para os nossos agricultores? Que respeito tem por eles? -----

De limpar os caminhos, já percebemos que não tem vontade, e só tem dinheiro para festinhas, mas pelo menos que seja escrito algo que seja digno dos nossos agricultores e da nossa população. A sua inércia já é insulto o suficiente. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

lh.
Pedro
M.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Por respeito, limito-me a dizer, Sr. Deputado António Júlio, que estamos todos de acordo. -----

Sr. Deputado, como para mim o seu discurso foi ininteligível, não consigo responder. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Iremos votar, então, o Ponto n.º 6, Tomada de posição a respeito das quebras de produção referentes ao Olival, Vinha e Amendoal, no Concelho de Torre de Moncorvo. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou conhecimento da tomada de posição e **deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, no momento da votação, apoiar a mesma.** -----

-----*Não estava presente na reunião, no momento da votação, a deputada Sílvia Santos.* -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, uma declaração de voto? Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa. -----

-----**Declaração de Voto**-----

“Pese embora a fraca conceção literária e a violação das mais básicas regras gramaticais da língua portuguesa venho, na defesa dos superiores interesses dos agricultores do Concelho de Torre de Moncorvo, justificar o meu voto a favor.” -----

Irei entregar na Mesa, para ser apensa à ata. -----

Obrigado. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há público presente. -----

Eu iria passar à leitura da minuta da ata. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----O **Presidente de Mesa**: Muito obrigado a todos, e a continuação de um muito bom dia.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O **Presidente da Mesa**,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,

Pedro Carrasqueira

(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,

Fernanda Silva

(Fernanda Silva)